

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA DOZE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS

----- **ATA NÚMERO TREZE** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos doze dias do mês de abril de dois mil e vinte e três reuniu, nas instalações da Sociedade Boa União, sitas no Beco das Cruzes, número nove, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pela Primeira Secretária em exercício, Clementina Augusta da Silva Pereira Vasconcelos Maia, e pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Zulmira Guterres dos Santos, Lourenço Paour Miguel Costa, Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira, José Fernando de Almeida Louro e Isabel Fernanda Moura e Sá Costa.-----

----- **Do Centro Democrático Social - Partido Popular (CDS-PP):** Paula Cristina Crispim Finuras.-----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Sandra Regina Mendes Campos Luís Gadanho. -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro e Eduardo Manoel Pires da Silva.-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Rodrigo Filipe da Silva Santos Machado. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros: -----

----- Maria Filomena Dias Moreira Lobo, que justificou a sua ausência e foi substituída por Isabel Sá Costa;-----

----- Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, que justificou a sua ausência e foi substituído por José Louro. -----

----- Jorge Manuel Madrugo Garcia, que justificou a sua ausência e foi substituído por Paula Finuras.-----

----- Hugo Ricardo Ladeiro Ferreira Duarte, que justificou a sua ausência e foi substituído por Eduardo da Silva.-----

----- Catarina Bendito de Medeiros, que justificou a sua ausência e foi substituída por Rodrigo Machado. -----

----- Às dezoito horas e quarenta minutos, constatada a existência de *quórum*, **o Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Disse que não era costume chegar atrasado e pedia desculpa por isso. Em parte da Freguesia não se conseguia circular, na zona da António Maria Cardoso estavam dois elétricos parados. Foi essa a razão de ter chegado tarde. -----

----- Iniciavam na presente Assembleia as reuniões em formato de transmissão e, sendo a primeira reunião, queria formalmente pedir a autorização. Se alguém se opusesse que fizesse o favor de o expressar, porque tinha ficado em Regimento da Assembleia de Freguesia essa capacidade para fazer a transmissão das reuniões.-----

----- Havia duas câmaras e agradecia ao pessoal que estava a ajudar e a ensinar. -----

----- **Ponto 1 – Período para intervenção e esclarecimento ao público:** -----  
----- (Não se verificaram inscrições do público)-----

----- **Ponto 2 – Período Antes da Ordem do Dia:**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** informou que deram entrada sete votos, que não tinham nenhuma organização especial a não ser o seu momento de entrada. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** apresentou o seguinte documento: ---

----- **Voto de Pesar** -----

“----- *Falecimento de Rosalina Pinho* -----  
 ----- *Faleceu no passado dia 11 de janeiro de 2023, com 91 anos, Rosalina Rodrigues Caetano Pinho, natural da freguesia de Palhais, concelho do Barreiro.* -----  
 ----- *Rosalina Pinho, como era mais conhecida, sempre pautou a sua vida pelos valores do humanismo, da fraternidade e da igualdade.* -----  
 ----- *No plano político, Rosalina Pinho aderiu à Comissão Democrática Eleitoral (CDE), tendo aí militado activamente – foi candidata às eleições legislativas de 1969, pelo distrito de Lisboa.* -----  
 ----- *Após as eleições legislativas de 1973, Rosalina Pinho viria a ser detida, pela PIDE.* -----  
 ----- *Depois do 25 de Abril de 1974, Rosalina Pinho viria a integrar a Comissão Administrativa que implantou o poder local democrático no concelho de Vila Franca de Xira, sendo a primeira mulher a assumir a função de vereadora na Câmara Municipal.* -----  
 ----- *Simultaneamente, foi igualmente a primeira presidente do Conselho de Administração dos SMAS de Vila Franca de Xira.* -----  
 ----- *Pouco tempo depois, Rosalina Pinho rumou a Lisboa, onde se instalou e passou a residir, tendo mantido a sua participação cívica activa. Nesse sentido, foi eleita na Assembleia de Freguesia de Santa Justa, e mais tarde Presidente da Junta de Freguesia.* -----  
 ----- *O trajecto de Rosalina Pinho é profundamente marcado pelos valores e ideais de Abril, deixando uma marca significativa no combate ao fascismo, posteriormente na implantação do poder local democrático no concelho de Vila Franca de Xira e enquanto eleita autárquica em Lisboa, lutando pela defesa do centro histórico da cidade e manutenção da sua população.* -----  
 ----- *A Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior expressa as mais sentidas condolências à família e amigos de Rosalina Pinho.* -----  
 ----- *Assim, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior reunida em 12 de Abril de 2023, delibera:-----*  
 ----- *1. Manifestar o seu profundo pesar pelo falecimento de Rosalina Pinho,-----*  
 ----- *2. Remeter o presente Voto de Pesar à família de Rosalina Pinho.* -----  
 ----- *Lisboa, 12 de Abril de 2023 -----*  
 ----- *Os eleitos da CDU – Maria de Lurdes Pinheiro e Eduardo Silva -----”*  
 ----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar “Falecimento de Rosalina Pinho”**, apresentado pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade.**-----  
 ----- **Membro Paula Finuras (CDS-PP)** apresentou o seguinte documento: -----  
 ----- **Saudação** -----  
 “----- *Ao 25 de Abril e 1º de Maio de 2023* -----  
 ----- *O CDS saúda o 49º aniversário do 25 de Abril de 1974* -----  
 ----- *O 25 de Abril, da plena Liberdade, bem maior e fundamento de todos os outros. --*  
 ----- *O 25 de Abril, que restaurou os direitos civis e políticos e que permitiu eleições livres.*-----  
 ----- *O 25 de Abril, que conduziu ao nosso reconhecimento internacional e à adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.*-----  
 ----- *O 25 de Abril, que promoveu o pluralismo político, económico e social.* -----  
 ----- *Assim, propõe o eleito do CDS que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida a 12 de Abril de 2023, delibere: -----*  
 ----- *1. Saudar os militares que se empenharam no Movimento das Forças Armadas.---*  
 ----- *2. Prestar homenagem à memória de todos os cidadãos portugueses, dos vários quadrantes políticos e ideológicos, que se bateram pelos valores da Liberdade e do*

*Estado de Direito, durante as décadas de regime totalitário que antecederam o 25 de Abril de 1974.*-----

----- 3. *Saudar todos aqueles que buscam inspiração permanente nos valores intemporais e duradouros que o 25 de Abril nos legou, identificando e combatendo quotidianamente, todas as formas de injustiça, corrupção, segregação, despotismo e obscurantismo.*-----

----- 4. *Saudar todos os membros desta Assembleia de Freguesia que, ao celebrar Abril, pugnam na esfera pública, por uma sociedade evoluída, informada, responsável e inclusiva.*-----

----- 5. *Saudar o 1º de Maio, feriado que celebra o Dia Internacional dos Trabalhadores e a sua luta diária por uma sociedade mais justa e sustentável.*-----

----- 6. *Uma saudação especial aos martirizados trabalhadores ucranianos, sujeitos à ocupação de parte do seu território pela Federação Russa e a constantes ataques terroristas que os impedem de exercer o seu direito ao trabalho.*-----

----- 7. *Saudar os trabalhadores da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, em particular os que com empenho, labor e dedicação se ocupam da higiene urbana do nosso território.*-----

----- Lisboa, 12 de Abril de 2023 -----

----- O eleito do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Saudação “Ao 25 de Abril e 1º de Maio de 2023”**, apresentada pelo CDS-PP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PSD, CDS-PP e BE) e 2 votos contra (PCP)-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** apresentou o seguinte documento:---

----- **Saudação** -----

“----- 25 de Abril e ao 1º de Maio-----

----- *A Revolução de Abril é um marco maior na história de Portugal, uma realização da vontade do povo, uma afirmação de liberdade, de emancipação social, de soberania e independência nacional.*-----

----- *Ao longo de 48 anos, os trabalhadores, o povo, milhares de democratas e patriotas desenvolveram a luta de resistência antifascista, pela democracia e a liberdade.*-----

----- *A vitória sobre o fascismo, desencadeada pelo Movimento das Forças Armadas em 25 de Abril de 1974, tornou-se possível em resultado dessa luta de resistência que juntou o movimento operário, os intelectuais, o movimento juvenil e estudantil, o movimento democrático, a luta contra a guerra colonial.*-----

----- *As grandes conquistas democráticas resultantes da Revolução – direitos fundamentais, incluindo a constituição de partidos políticos, o direito ao voto, o fim da censura, a liberdade de organização sindical, os direitos de manifestação e de greve; a adopção de um largo conjunto de medidas sociais, como o aumento de salários, das reformas e pensões, o alargamento do direito a 30 dias de férias pagas, a instauração de um salário mínimo nacional (SMN); os direitos das mulheres e da juventude, a igualdade e o combate às discriminações; a reforma agrária; as nacionalizações e o controlo operário; o acesso generalizado ao ensino, à saúde e à segurança social; o desenvolvimento e democratização da cultura; o fim da guerra colonial, reconhecendo o direito à independência dos povos das colónias; o poder local democrático; o desenvolvimento de uma política externa de paz e cooperação e de salvaguarda da independência e soberania nacionais – asseguraram o regime democrático, o fim do poder dos grupos monopolistas, a democratização da sociedade portuguesa, o desenvolvimento do país e a melhoria das condições de vida do povo.*-----

----- *Conquistas posteriormente consagradas na Constituição da República Portuguesa, aprovada e promulgada em 2 de Abril de 1976, que incorporou o acervo do processo libertador, progressista e do caminho para o desenvolvimento económico, social e cultural e de afirmação de um Portugal livre, independente e soberano. -----*

----- *Conquistas que se projectam no Portugal de hoje e são uma referência na construção e desenvolvimento futuro da sociedade portuguesa. -----*

----- *Hoje, quando avultam limitações de importantes direitos sociais, económicos e políticos, se agrava a situação económica e social, se degradam as condições de vida dos trabalhadores e do povo, se acentuam desigualdades e injustiças –, com o povo a pagar a factura dos lucros que aumentam escandalosamente –, quando aumenta o domínio económico e político do grande capital, se aprofundam opções de submissão a interesses externos fragilizando a afirmação da independência e soberania nacionais e quando, paralelamente, se multiplicam operações de branqueamento da história e natureza do fascismo, as comemorações do 25 de Abril revestem-se de particular importância. -----*

----- *Assim, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida a 12 de Abril de 2023, delibere: -----*

----- *1. Saudar o 49º Aniversário da Revolução de Abril e do primeiro 1º de Maio em Liberdade e apelar à participação massiva nas iniciativas que se irão realizar; -----*

----- *2. Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações em defesa do emprego de qualidade, da habitação, da saúde, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, da segurança social, dos salários, do Serviço Nacional de Saúde, dos serviços públicos de transportes – direitos consagrados na Constituição de Abril; -----*

----- *3. Enviar esta Saudação para: -----*

----- *a) Presidente da República; -----*

----- *b) Presidente da Assembleia da República; -----*

----- *c) Grupos Parlamentares da Assembleia da República; -----*

----- *d) Primeiro-ministro; -----*

----- *e) Associação Conquistas da Revolução; -----*

----- *f) Associação 25 de Abril; -----*

----- *h) CGTP/Intersindical Nacional -----*

----- *Os eleitos da CDU – Maria de Lurdes Pinheiro e Eduardo Silva ----- ”*

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que votara favoravelmente o voto de saudação do CDS, onde se revia na totalidade, mas no da CDU, não expressando ainda qual seria a sua orientação de voto, tinha um pequeno reparo. Durante o texto tinha algumas alegações que não seriam as mais rigorosas. Podia estar a ter uma leitura um pouco exagerada, mas por exemplo o Serviço Nacional de Saúde não nascia com o 25 de Abril, pelo menos pelo que lhe era dado a conhecer ao longo da história.-----

----- Não esteve em causa em tempo algum a independência nacional, a soberania nacional, não foi disso que se tratou. Foi uma mudança de regime e bem e impediu-se que um regime totalitário como o comunismo imperasse, tendo vencido um regime democrático. Ainda bem, estavam todos ali e ainda bem. -----

----- Por essa razão a orientação de voto seria diferente, mas saudava que os votos fossem elaborados.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que não queria ser o arauto da história nem da memória, mas o Serviço Nacional de Saúde foi criado em 1979. Factualmente foi isso que ocorreu. Obviamente que respeitava a divergência de opinião que poderia existir, mas era só esse comentário enquanto Presidente da Assembleia. Nada mais diria, uma vez que não lhe competia dizer.-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que queria esclarecer a eleita do PSD, porque havia um bocado de confusão e se calhar antes de fazer essas intervenções devia informar-se melhor das coisas. Aliás, como disse o Presidente da Assembleia, o Serviço Nacional de Saúde aconteceu após o 25 de Abril, em 1979, como outras regalias e como outras conquistas que se conseguiram. Estavam ali todas plasmadas. -----

----- O 25 de Abril acabou foi com o regime fascista, não foi com o regime comunista, porque em Portugal não havia nenhum regime comunista, havia um regime fascista, que tirou as liberdades às pessoas e que nessa altura nem poderiam ali estar. Portanto, havia qualquer confusão. Respeitava a opinião, mas era bom que antes de falar fosse procurar e informar melhor do que foi o 25 de Abril e o que no fim de contas aconteceu no 25 de Abril de 1974. Não foi mais nenhum 25 de Abril, era desse que estavam a falar. -----

----- **Membro Rodrigo Machado (BE)** disse que não concordava e não se revia na eleita do PSD. A confusão que se havia ali não fazia qualquer sentido. -----

----- O Serviço Nacional de Saúde, tal como os serviços públicos que se conheciam atualmente, nasciam de Abril e era de Abril que se tratava, não era de mais nada. -----

----- Depois a questão de levar o comunismo e regimes para um texto desses era querer criar a confusão e querer apagar a violência do regime fascista português. -----

----- Posto isso, revia-se na proposta da CDU e iria votar favoravelmente. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que tinha saudado os votos do 25 de Abril e do 1º de Maio, referira que se revia na íntegra no texto da saudação do CDS mas que corrigia o texto do PCP, visto referir que o 25 de Abril trouxe soberania e independência nacional. Não era disso que se tratava, porque não era isso que estava em causa. -----

----- Quanto ao Serviço Nacional de Saúde, os grandes hospitais centrais foram construídos muito antes do 25 de Abril e, portanto, já existia um serviço nacional de saúde. Podia não se chamar assim, podia não ter a sigla, podia não ter o Decreto-Lei que fez esse sistema. Todos os partidos, todos os momentos da política tinham direito a fazer as suas siglas, mas que as pessoas tinham algum direito à saúde tinham. Os hospitais centrais estavam construídos, etc. Também os transportes públicos existiam. -

----- Só estava a referir certos aspetos no texto do voto de saudação do PCP que achava um pouco extrapolados. -----

----- Revia-se e tinha saudado ambos os votos, não estava a fazer confusão absolutamente nenhuma. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Saudação “25 de Abril e ao 1º de Maio”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Membro Lourenço Costa (PS)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Saudação** -----

----- “-----25 de Abril — Dia da Liberdade-----

----- *O nosso País celebra, a cada 25 de Abril, mais um aniversário da Revolução dos Cravos que um grupo de militares levou a cabo em 1974, com elevada mestria estratégica e sem derrame de sangue nas ruas, derrubando um regime totalitário e ditatorial que governou Portugal durante 48 anos. -----*

----- *Foi a Revolução de 25 de Abril que permitiu o fim da guerra colonial que ceifava a vida a jovens inocentes e que reabriu as portas à Liberdade, à Democracia e aos Direitos Humanos que hoje nos são tão naturais como o ar que respiramos. -----*

----- *49 anos passados, todos e cada um de nós - Portugueses em geral e Lisboetas em particular - continuamos a usufruir e a disfrutar de um Estado de Direito, de uma normal convivência democrática, de um vigoroso sistema eleitoral pluripartidário e de um consolidado Poder Local. Habitamos saudavelmente numa sociedade cada vez mais*

moderna e desenvolvida que continua a assentar constitucionalmente nos pilares da Liberdade, da Igualdade, da Justiça e da Solidariedade.-----

----- O Grupo do Partido Socialista propõe que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida no dia 12 de abril de 2023, delibere:-----

----- 1. Saudar os "Capitães de Abril" e todos os militares que se empenharam no Movimento das Forças Armadas;-----

----- 2. Render homenagem à memória de todos os cidadãos Portugueses, dos vários quadrantes políticos e ideológicos, que se bateram pelos valores da Liberdade e do Direito, durante as décadas da "noite e do silêncio" do regime fascista;-----

----- 3. Reafirmar o valor inestimável da nova geração dos Direitos Humanos que o 25 de Abril nos trouxe e pugnar pelo seu respeito junto das novas gerações;-----

----- 4. Saudar todos os que responderam ao apelo para participar, em Lisboa e no país, nos eventos e festividades comemorativas deste "Dia da Liberdade"-----

----- Lisboa, 11 de abril de 2023-----

----- PL' O Grupo do Partido Socialista - Lourenço Paour Costa-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “25 de Abril – Dia da Liberdade”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Membro Lourenço Costa (PS)** apresentou o seguinte documento:-----

----- **Voto de Saudação**-----

“----- 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador-----

----- A 1 de Maio de 1886, manifestaram-se nas ruas de Chicago cerca de quinhentos mil trabalhadores, reclamando o direito à limitação a oito horas por jornada de trabalho. Apesar da forte carga policial então sofrida, quatro dias volvidos, regressaram às ruas desta cidade fazendo ecoar a sua voz em defesa dos direitos dos trabalhadores.-----

----- Um ano mais tarde, no congresso da Segunda Internacional Socialista, realizada em Paris, foi proclamado o dia 1 de Maio como o Dia do Trabalhador, em exaltação à coragem e perseverança demonstrada por estes homens.-----

----- Em Portugal e um pouco por todo o mundo, a celebração do 1º de Maio, representa o enaltecer da luta dos trabalhadores por melhores e mais justas condições de trabalho, reafirmando o plural direito ao trabalho, o direito à igualdade, a luta contra o trabalho infantil e a precariedade laboral.-----

----- Desde 1974, logo após a Revolução dos Cravos, que se comemora livremente o Primeiro de Maio em Portugal, Nesse ano, cerca de 1 milhão de pessoas saíram à rua, por todo o país, naquela que foi a 1ª manifestação livre em 50 anos.-----

----- O Grupo do Partido Socialista propõe que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida no dia 12 de Abril de 2023, delibere:-----

----- 1. Saudar todos os trabalhadores Portugueses;-----

----- 2. Relembrar as lutas e as conquistas dos trabalhadores;-----

----- 3. Apelar a todos os para que participem, em Lisboa e no país, nos diversos eventos comemorativos do Dia do Trabalhador.-----

----- Lisboa, 11 de Abril de 2023-----

----- PL' O Grupo do Partido Socialista - Lourenço Paour Costa-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** apresentou o seguinte documento:---

----- **Voto de Saudação**-----

“----- 8 de março: Dia Internacional da Mulher - Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida -----

----- Em 1910, Clara Zetkin propôs numa Conferência Internacional de Mulheres a comemoração de um Dia Internacional da Mulher Trabalhadora, dia de manifestação pela emancipação das operárias e pelo direito ao voto, que viria a ser celebrado pela primeira vez em 1911. Desde aí, o Dia Internacional da Mulher, é um símbolo e uma jornada da luta das mulheres em todo o mundo pela igualdade de direitos, na lei e na vida, e contra a exploração. Em 1975, a Organização das Nações Unidas instituiu oficialmente o 8 de março como Dia Internacional da Mulher naquele que seria o Ano Internacional da Mulher. -----

----- Em Portugal, o 8 de março é, há muitas décadas, uma data ligada à luta das mulheres. Primeiro, na exigência de direitos económicos, sociais, políticos e culturais e na oposição ao fascismo. -----

----- O Dia Internacional da Mulher assinala-se pelas mais diversas instituições, sindicatos, colectividades, associações, entre muitas outras entidades. Destas comemorações destacam-se as das organizações de mulheres, nomeadamente da mais antiga organização de mulheres portuguesa, o Movimento Democrático de Mulheres, que procuram celebrar a consagração de direitos e a participação em igualdade em todos os domínios da sociedade, nunca deixando de lutar pela sua implementação não só na lei, mas também na vida. -----

----- Muitas destas lutas são essenciais para se continuar a avançar na condição e estatuto das mulheres, enquanto cidadãs, trabalhadoras e mães, exigindo medidas para o cumprimento dos seus direitos, designadamente o acesso das mulheres à saúde, segurança social, à educação e a uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à infância, aos idosos e às pessoas com deficiência, bem como a concretização da igualdade no trabalho, com melhores salários e horários dignos e cumprimento dos direitos da maternidade. Também é primordial uma atenção a qualquer tipo de violência sobre as mulheres, seja sob a forma de violência doméstica, violência no namoro, assédio laboral ou sexual, prostituição ou tráfico de pessoas, encarando as raízes destas formas de violência e agindo profundamente na sua erradicação. -----

----- O Dia Internacional da Mulher é uma data com memória, mas principalmente com futuro na luta das mulheres pela igualdade no trabalho e na vida, cuja concretização é não só condição de progresso para as comunidades onde vivem, estudam e trabalham, como para a justiça e progresso do País. -----

----- Assim, os eleitos da CDU na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior propõem que a Assembleia de Freguesia, reunida a 12 de abril de 2023, delibere: -----

----- 1. Saudar as mulheres da freguesia de Santa Maria Maior - as que cá residem, estudam e trabalham, em particular as trabalhadoras da autarquia, as eleitas nos diversos órgãos autárquicos e as mulheres que intervêm nas diferentes expressões do movimento associativo e popular; -----

----- 2. Saudar as comemorações do Dia Internacional da Mulher em Lisboa e as organizações que as impulsionam, designadamente a Manifestação Nacional de Mulheres promovida pelo Movimento Democrático de Mulheres, no dia 11 de março, sob o lema “Mil razões para lutar: os direitos das mulheres têm de contar”. -----

----- 3. Enviar esta Saudação à Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, à Comissão para Igualdade entre Mulheres e Homens da CGTP-IN, ao Movimento Democrático de Mulheres, ao movimento associativo do concelho de Lisboa. -----

----- Os eleitos da CDU – Maria de Lurdes Pinheiro e Eduardo Silva ----- ”

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o Voto de Saudação “8 de março: Dia Internacional da Mulher

- **Um símbolo da luta das mulheres em defesa dos seus direitos, na lei e na vida**”, apresentado pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. ----

----- **Membro Rodrigo Machado (BE)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Saudação**-----

“-----*Manifestação "Casa para Viver" - 1 de abril*-----

----- *A crise na habitação agravou-se nos últimos anos e tornou incomportável para a maioria das pessoas o custo de comprar ou arrendar uma casa nas grandes e médias cidades do país. Com os preços na habitação a atingirem recordes e o poder de compra a encolher face à inflação, milhares de pessoas manifestaram-se no dia 1 de abril em defesa do direito à habitação em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Aveiro e Viseu. -----*

----- *A cidade de Lisboa tem sido, infelizmente, o maior palco das consequências da crise da habitação. Não é novidade que a habitação, enquanto direito constitucionalmente garantido, tem sido esquecido há décadas. Portugal continua a ser dos países com uma menor percentagem de habitação pública e o mercado foi de tal forma liberalizado, com a malfadada Lei Cristas, o surgimento em força do alojamento local e o boom turístico, que num cenário de inflação como o atual a situação é insustentável para demasiadas famílias. -----*

----- *No meio da crise que já ninguém consegue negar, as medidas apresentadas pelo Governo falham porque não trazem mudanças aos preços totalmente especulativos que se praticam e continuam a não operar mudanças estruturais na forma como se olha para uma casa. -----*

----- *Uma casa é uma casa e não é um simples bem de mercado para ser transacionado. Uma casa é a segurança basilar de qualquer pessoa, de qualquer família. -----*

----- *As rendas em Portugal aumentaram 40% nos últimos cinco anos e os preços de casas subiram 19% desde o ano passado, enquanto os bancos duplicaram os seus lucros. O turismo é visto como uma monocultura na cidade de Lisboa. Enquanto isto acontece, continuamos a expulsar pessoas das suas casas para longe das suas comunidades e redes de contacto. -----*

----- *O direito à cidade passa, também, pelo direito à habitação. Não podemos achar normal que, em algumas freguesias, o alojamento local represente quase 70% das casas nesse território. Não podemos achar normal que a quem ganha 800€ ou 900€ lhe sejam oferecidas rendas acima dos 1000€. -----*

----- *Por isso, e porque a luta pelo direito à habitação é essencial para o futuro da cidade de Lisboa, consideramos importante que a Câmara Municipal de Lisboa, que tem debatido o tema ao longo de muito tempo, se pronuncie sobre aquilo que tantos e tantas pedem: uma casa para viver.-----*

----- *Assim, perante o exposto e ao abrigo do disposto no artigo 8.º do Regimento, temos a honra de propor que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior delibere: -----*

----- *1. Saudar a Manifestação Casa para Viver, bem como todos os coletivos e organizações que se associaram a ela. -----*

----- *O eleito do Bloco de Esquerda, Rodrigo Machado -----”*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Manifestação "Casa para Viver" - 1 de abril**”, apresentado pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 3 votos a favor (PCP e BE), 2 votos contra (PSD e CDS-PP) e 8 abstenções (PS)

----- **Membro Lourenço Costa (PS)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Nós acabámos por abster nesta moção, não porque não nos revejamos no seu teor e no seu conteúdo, mas não conseguimos apoiar e aprovar algo que de certa forma, nesta manifestação que aconteceu no dia 1 de abril, em que indignificou a democracia com todos os confrontos policiais que houve no Martim Moniz, que no*



*fundo acabaram por deixar uma má mancha nesta luta, exatamente aquilo que nós não queremos.* -----

----- *Do ponto de vista do seu conteúdo o Partido Socialista, principalmente aqui na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sempre pugnou pelos mesmos valores e queríamos deixar isso expresso.* -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Só lembrar ao Bloco de Esquerda que o BE fez parte do 21º Governo Constitucional entre 2015 e 2019 e faz parte da pior década de construção de habitação pública. Ou seja, praticamente não houve.* -----

----- *Houve uma média de 17 casas por ano, pelo menos em Lisboa. Não sei se estou a ser exatamente rigorosa, mas dá-me a ideia que estou.* -----

----- *Porém, durante esta altura deste Governo fez-se um esforço legislativo, em 2015, que em 2016 deu origem ao fundo nacional de reabilitação do edificado. Nós já sabemos o que é que esse fundo deu.* -----

----- *Eu também não subscrevo a instrumentalização de um tema que exige um consenso absolutamente nacional e que é um problema gravíssimo, é uma crise que nós estamos a passar, mas a crise não surgiu do nada, nem tem só um culpado, nem tem só um epifenómeno, nem é só culpa, como está no seu texto, de 70% de AL em algumas Freguesias.* -----

----- *Primeiro que isso não é verdade. Esta Freguesia tem mais de 60% em AL e há um epifenómeno que se justifica por políticas anteriores do Executivo, como sabe, que foi altamente promovido para que isso acontecesse. Também contribuíram com investimento na reabilitação de ruínas, que a gente parece que já se esqueceu como é que estava esta Freguesia. Não há-de tudo ter corrido bem. Também salvou algumas famílias de dependências, de redes viciantes de terceira e quarta geração, de dependência de atividades ilícitas e deu-lhes esperança nessas atividades que são lícitas. Estamos a falar de emprego, não só de investimento, eventualmente haverá alguém com lucro, mas é legítimo que as pessoas invistam, tenham um plano, tenham alguma estabilidade, alguma previsibilidade dos investimentos que fazem.* -----

----- *Portanto, eu não me revejo nos slogans dessa manifestação porque o próprio sistema, todos fazemos parte dele. Não acredito nessa instrumentalização partidária.”*

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que raramente tinha que intervir sobre aquilo que era o conteúdo de declarações. Pessoalmente, identificando que a presente Assembleia decorria em abril, ainda dava uma margem superior, mas não lhe parecia que a intervenção que a Membro Sandra Gadanho realizou fosse uma declaração de voto. Parecia mais a expressão da sua justificação de voto, que teria de aceitar obrigatoriamente e sendo em abril ainda mais aceitava, porque se alguém da sua família e da família de muitos que estavam ali lutaram para fazer Abril, tinham que conviver com a diferença. -----

----- *Pedindo desculpa ao resto da bancada, era esse o seu entendimento.* -----

----- **Membro Rodrigo Machado (BE)** perguntou à eleita do PSD se moravam no mesmo país durante os últimos anos, porque o BE nunca foi Governo com o PS. Não fazia sentido nenhum, era uma mentira que foi ali dita e tinha que o dizer. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que o mesmo princípio de Abril aceitava, mas o debate desse voto de saudação deveria ter ocorrido antes da votação. Todos os argumentos que agora aduzissem serviam meramente para o respetivo ego ou consciência. -----

----- **Membro Rodrigo Machado (BE)** explicou que na Assembleia não se podiam dizer inverdades e tinha que fazer essa referência. O BE nunca foi Governo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que ainda seria, não seria difícil. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que foi conhecido pela “geringonça” o acordo que permitiu. Sabiam do que estava a falar. O que dizia era que tiveram oportunidade de participar num processo para construir habitação pública na altura e isso não aconteceu.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que a diferença de opinião só lhes permitia crescer e sustentar os pilares da democracia, não tinha qualquer problema. ----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** apresentou o seguinte documento:---

#### ----- **Moção** -----

“-----Garantir o direito à habitação, combater a especulação imobiliária-----

-----Artigo 65.º-----

-----*(Habitação e urbanismo)*-----

----- 1. Todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar. -----

----- 2. Para assegurar o direito à habitação, incumbe ao Estado: -----

----- a) Programar e executar uma política de habitação inserida em planos de ordenamento geral do território e apoiada em planos de urbanização que garantam a existência de uma rede adequada de transportes e de equipamento social; -----

----- b) Promover, em colaboração com as regiões autónomas e com as autarquias locais, a construção de habitações económicas e sociais;-----

----- c) Estimular a construção privada, com subordinação ao interesse geral, e o acesso à habitação própria ou arrendada; -----

----- d) Incentivar e apoiar as iniciativas das comunidades locais e das populações, tendentes a resolver os respectivos problemas habitacionais e a fomentar a criação de cooperativas de habitação e a autoconstrução. -----

----- 3. O Estado adoptará uma política tendente a estabelecer um sistema de renda compatível com o rendimento familiar e de acesso à habitação própria. -----

----- (...)-----

----- *in Constituição da República Portuguesa* -----

----- A habitação é hoje uma preocupação de milhões de portugueses: dos que vivem em casa arrendada e se veem confrontados com excessivos aumentos de renda ou risco de despejo; dos que foram empurrados para o crédito à habitação e veem a prestação aumentar para valores inportáveis; dos que não têm acesso à habitação porque não conseguem encontrar uma casa com condições dignas para viver e que possam pagar. -----

----- A garantia do direito à habitação exige que se cumpra a Constituição da República. Exige que o Estado assuma as responsabilidades e incumbências que esta lhe atribui. É obrigação do poder político, incluindo a Assembleia da República, o Governo e o Presidente da República, em colaboração com as autarquias locais, tomar as medidas necessárias para o concretizar.-----

----- No imediato, a garantia do direito à habitação exige a adoção de medidas urgentes que defendam os inquilinos, travem a subida das prestações do crédito, aumentem a oferta pública de habitação e enfrentem com coragem a especulação imobiliária, recusando a conceção da habitação como mera mercadoria destinada ao negócio.-----

----- Assim, e tendo presente o debate público que percorre a sociedade portuguesa sobre a problemática do direito à habitação e da especulação imobiliária nas grandes cidades, de que Lisboa é expressão maior e concentrada, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida no dia 12 de Abril de 2023, considera necessário que, no imediato, sejam concretizadas medidas urgentes em três dimensões: -----

----- 1. Travar o aumento das rendas, incluindo nos novos contratos. Reequilibrar a relação entre inquilinos e senhorios. É preciso adoptar legislação e medidas que dêem estabilidade ao arrendamento, limitando fortemente a possibilidade de despejo, travando a subida das rendas em todos os contratos de arrendamento e prolongando os contratos de arrendamento em vigor, limitando as possibilidades de não renovação. ----

----- 2. Aumentar a oferta pública de habitação, a partir de imóveis públicos e outros que possam ser destinados a esse fim, cuidando de cessar a alienação de património público a favor de dinâmicas especulativas. É preciso garantir que o Estado assuma as suas próprias responsabilidades na promoção de habitação pública, através de um expressivo financiamento do Estado, a par do aproveitamento integral das verbas do PRR, promovendo a recuperação e reabilitação de imóveis públicos que possam ser destinados a habitação; apoio à reabilitação e recuperação de imóveis privados devolutos destinados à habitação; utilizando os mecanismos de tomada de posse administrativa, assegurando um rápido investimento para o alojamento estudantil.-----

----- 3. Defender as famílias com crédito à habitação. Adoptar medidas que impeçam despejos na sequência de penhoras ou execução de hipotecas. Determinar a utilização pela Caixa Geral de Depósitos de um spread de 0,25% no crédito à habitação como instrumento regulador do mercado. Estabelecer como limite máximo da prestação uma taxa de esforço de 35% do rendimento mensal do agregado familiar para consideração da concessão de apoios específicos.-----

----- A par destas três dimensões, assinala-se a importância da promoção, através do movimento cooperativo, sector social e mutualista, de um parque habitacional, a custos controlados e de qualidade destinado ao regime de renda condicionada; da criação de programas cooperativos.-----

----- No domínio do combate à especulação, considera-se necessário a adopção de medidas de emergência: criação de limites à aquisição de habitações por fundos imobiliários; a limitação, em áreas de declarada carência de habitações, da mobilização de habitações para uso de Alojamento Local; suspensão de regimes fiscais de privilégio. -----

----- A gravidade e dimensão do problema da habitação exige correspondência na eficácia e determinação em o enfrentar, não insistindo nas mesmas opções que conduziram à actual situação, nem em medidas paliativas que adiam a resposta que se impõe. -----

----- Esta Moção deverá ser enviada à Câmara Municipal de Lisboa, à Assembleia da República, ao Governo e ao Presidente da República.-----

----- Os eleitos da CDU – Maria de Lurdes Pinheiro e Eduardo Silva -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Garantir o direito à habitação, combater a especulação imobiliária”**, apresentada pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, CDU e BE) e 2 votos contra (PSD e CDS-PP)-----

----- **Membro Rodrigo Machado (BE)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Moção de recomendação**-----

----- Considerando que a Praça do Martim Moniz é um importante espaço público da freguesia de Santa Maria Maior, em Lisboa, que tem potencial para ser mais dinamizado e utilizado pela comunidade local; -----

----- Considerando que a participação das associações e coletividades locais é fundamental para o sucesso de iniciativas que visem a dinamização da praça; -----

----- Considerando que a freguesia deve incentivar e apoiar a criação de espaços públicos vivos e vibrantes, que promovam a interação social e cultural entre os seus habitantes; -----

----- Considerando que a Praça do Martim Moniz está num grave estado de degradação e abandono e que compete à Junta de Freguesia o seu cuidado;-----

----- Esta recomendação visa promover a utilização da Praça do Martim Moniz como um espaço público vivo e vibrante, que contribua para o bem-estar e a coesão social da freguesia de Santa Maria Maior. -----

----- A Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior recomenda à Junta de Freguesia:-----

----- Promover um evento de lançamento da iniciativa de dinamização da Praça do Martim Moniz com a presença de líderes de associações e coletividades locais, bem como representantes da freguesia. -----

----- Criar um grupo de trabalho composto por membros da freguesia, líderes de associações e coletividades, bem como outros interessados, para discutir e planear a dinamização da Praça do Martim Moniz. -----

----- Apoiar e incentivar a realização de atividades culturais e de lazer na praça, como concertos, festivais de comida, feiras de artesanato, jogos e desportos ao ar livre, organizadas pelas associações e coletividades locais. -----

----- Promover campanhas de sensibilização sobre a importância de cuidar da Praça do Martim Moniz e da sua utilização consciente, incluindo a distribuição de folhetos educativos, a realização de palestras sobre sustentabilidade ambiental, ou outros. -----

----- Convidar a comunidade a participar ativamente em todas as fases do processo, desde a organização de atividades até à limpeza e manutenção da praça. -----

----- O eleito do Bloco de Esquerda, Rodrigo Machado -----”

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que existia um concurso lançado com com submissões que seriam aceites até ao dia 26 de maio, um concurso internacional de ideias de arquitetura para um jardim no Martim Moniz. Esse concurso era uma maratona, finalmente estavam a ser aceites as candidaturas. Não fazia ideia de qual a adesão até ao momento, mas em maio logo veriam. -----

----- Uma coisa era certa, revia-se na frase em que se dizia ser preciso... Era preciso, mas seria a população em atividades que devia limpar e fazer manutenção da praça. Sabiam todos que havia um contrato de delegação de competências, havia valores nesse contrato para a Junta de Freguesia proceder a limpezas, varreduras e lavagens de ruas. -

----- Por acaso tinha uma dúvida que não conseguira esclarecer. Havia um espelho de água no Martim Moniz junto à fonte e que estava negra, estagnada, cheia de lixo, coisas enormes, que não lhe parecia assim tão complicado uma equipa de higiene urbana pelo menos retirar o maior lixo. Não sabia se especificamente a limpeza desse reservatório de água, que nem sabia o que lhe chamar porque aquilo estava num estado de bactérias insdescrevível, se seria responsabilidade da Câmara, não se informara sobre isso e deixava a pergunta, ou se em toda a praça a higiene urbana era responsabilidade da Junta de Freguesia. -----

----- Gostaria de ver a equipa da higiene urbana da Junta de Freguesia a proceder com competência e motivação à limpeza da praça. -----

----- Também não concordava que fossem precisas mais feiras, mais ruído, mais barulho, mais animação para além da que existia no Martim Moniz potencialmente. Qualquer pessoa e qualquer comunidade podia usar o espaço livre se estivesse livre e em condições, se estivesse tudo sujo era complicado, não era a melhor maneira porque era uma praça muito dura. -----

----- O comércio à volta que era formal pagava renda pelas suas lojas, porque as comprou ou porque as alugava. Era uma zona urbana consolidada e não via nenhuma necessidade, mas era uma opinião, que às tantas seria mais pessoal do que a força que representava, mas não concordava. O comércio que estava à volta da praça e o comércio mais formal que já existia na zona, no hipercentro da Cidade de Lisboa que era a Baixa, não precisava nada de barraquinhas informais, mas revia-se bastante na necessidade de higiene urbana. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que poucos eram os momentos em que na função de Presidente tinha que passar à função só de eleito na Freguesia. Já estivera pelo menos duas vezes durante o mandato no Palácio da Independência, uma delas com a presença da Senhora Vereadora Joana Castro Almeida. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia teve a amabilidade de os convidar a todos para lá estar. Sabia que estava a decorrer um concurso internacional de ideias. -----

----- A perceção que tinha, admitindo que fosse dentro da bolha em que vivia e das pessoas com quem contactava, era contrária àquela que estava ali expressa. Sentia que uma parte significativa da população residente não desejava esse tipo de atividades na praça, desejava que a praça tivesse uma utilização mais comedida e eventualmente até sem atividades semelhantes a outros espaços da Cidade de Lisboa e próximos até desse espaço. Era mais aceite por todos na Praça da Figueira e não era tão tolerada na Praça do Martim Moniz. -----

----- Uma parte significativa das pessoas que ali residiam tinha mais a expectativa que a utilização, depois do concurso público ser adjudicado e da obra ser feita, era de diminuir a frequência com atividades comerciais e fazer daquele um verdadeiro espaço de lazer e de eventual proteção para as próprias pessoas. -----

----- Era essa a perceção que tinha e admitia que fosse dentro da bolha das pessoas com quem falava. Muitas vezes tinham essa dificuldade, formatavam a opinião de acordo com aquilo que os outros à volta transmitiam. -----

----- Democraticamente só podia agradecer a moção que o BE ali levava. A divergência só permitia construir uma sociedade melhor e identificava já que o seu sentido de voto não seria favorável à moção, mas era meramente o seu sentido enquanto Membro eleito, não na função de Presidente da Assembleia de Freguesia. -----

----- **Membro Lourenço Costa (PS)** disse que subscrevia na íntegra tudo o que foi dito pelo Senhor Presidente da Assembleia. Louvava a iniciativa do BE, mas de facto demonstrava um desfasamento com a própria realidade e vontade dos fregueses, sobretudo quando pouco tempo antes, três anos no máximo, existiu uma grande reunião exatamente sobre o futuro dessa praça e onde os moradores puderam demonstrar fisicamente quão eram contra essas novas iniciativas, que apenas eram feitas e destinadas a um comércio e uma dinamização da cidade que contribuíssem para a criação de uma espécie de Disneyland de Lisboa. -----

----- Não era isso que o planeamento de cidade tinha que ser e por isso queria subscrever tudo o que o Senhor Presidente disse. -----

----- **Membro Rodrigo Machado (BE)** disse que a posição do BE em relação ao Martim Moniz era muito simples. Via-se um espaço central da cidade que era constantemente mal aproveitado. Havia um potencial muito grande, social, económico e cultural naquela zona da cidade que estava mal aproveitada. -----

----- Eram poucas as cidades onde praças tão centrais como o Martim Moniz estivessem tão abandonadas no sentido cultural, não acontecia nada naquela praça. Tinha-se falado em questões de comércio informal e tudo o mais, mas a proposta do BE não queria comércio informal, queria a formalização do comércio, tanto o que existia como o que podia vir a existir lá. -----

----- Também se falava muitas vezes na questão da segurança do Martim Moniz e era verdade, o Martim Moniz a partir de certas horas era uma zona que podia ser perigosa, mas não tanto como se dizia. Tinha morado na Mouraria muitos anos e conhecia bem a zona, mas se assumiam a posição que o Martim Moniz era uma zona com perigos e depois recusavam a dinamizá-la, a torná-la mais segura e querendo por vezes optar por soluções mais securitárias ou não.-----

----- Não sabia qual era a opinião dos residentes, mas queria acreditar que ninguém seria contra uma feira a um sábado ou um domingo. Não conhecia grandes relatos de população que fosse veementemente contra uma pequena feira, contra um concerto à tarde. Não estava a falar de um festival ali, estava a falar de dinamização cultural, de cultura que existia na Freguesia. Por exemplo tinham a escola de artes circenses do Chapitô e podia ser um espaço também dinamizado pela Junta de Freguesia para que esses artistas e trabalhadores pudessem ter um espaço para expressar a sua arte, ou pequenos comerciantes terem um sítio para poder comercializar, aquilo que por vezes até faziam de forma não formal. Podia ser um espaço bom para essas pessoas.-----

----- A posição do BE era essa. Reconhecia e agradecia a posição do PS, compreendia, mas não concordava com ela.-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que ao receberem a moção dava a entender que a proposta do BE era a Junta, se estivesse disponível, dinamizar o espaço agora até ao concurso, porque todos sabiam que havia um concurso aberto para transformar aquela praça numa coisa completamente diferente. Nisso estava de acordo.

----- Tiveram algumas dúvidas e depreendiam que a proposta seria para dinamizar melhor aquele espaço com alguma atividade cultural, até para ir habituando as pessoas a utilizar aquele espaço e não como estava agora. Por essa razão não achava mal essa moção.-----

----- Depois do concurso, o que seria ou deixava de ser, isso seria outra discussão e não estava a pensar nisso agora. Ao ter alguma atividade cultural no largo também ajudava às questões de segurança e de higiene, também ajudava as pessoas a participar e para pensarem que era um espaço de todos, que não era um espaço abandonado em que toda a gente podia fazer aquilo que quisesse.-----

----- Respeitava a opinião de todos, que ali já foi dita.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que não era intenção do Executivo interferir nesse debate político com aquilo que a Junta entendia ou não e que era explícito por todos, queriam um jardim para ali, um espaço para as famílias, isso estava fora de questão. Foi o resultado da consulta pública à população, mas havia dois pressupostos errados que queria deixar bem claros e por isso pedira ao Senhor Presidente da Assembleia para dar esse esclarecimento.-----

----- Primeiro, a manutenção daquele espaço era da exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, era uma zona estruturante. O parágrafo "...compete à Junta o seu cuidado" não era verdadeiro e queria desde já deixar isso claro.-----

----- O que acontecia era estar tão degradado que a Junta voluntariamente foi lá uma vez fazer uma grande operação de limpeza naquele momento. Resolvera telefonar ao Senhora Presidente da Câmara para ir lá ver uma coisa que era da sua responsabilidade e que estava naquele estado. Registava que o Senhor Presidente da Câmara foi imediatamente lá, estiveram os dois e assumiram um compromisso generoso por parte da Junta, que a Junta lavava isso uma vez por mês se a Câmara também lavasse uma vez por mês.-----

----- Havia uma barreira àquele espaço de quinze em quinze dias, intercalado entre Câmara e Junta.-----

----- Quanto ao resto, tendo uma opinião fortíssima sobre o Martim Moniz e o seu desenvolvimento, mas era uma questão da Assembleia e não do Executivo da Junta. ---

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Praça do Martim Moniz”**, apresentada pelo BE, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar, por maioria**, com 10 votos contra (PS, PSD e CDS-PP) e 3 votos a favor (PCP e BE)-----

----- **Membro Paula Finuras (CDS-PP)** disse que havia pelo menos um mês em que o chão perto do prédio número 42 da Rua da Regueira desabou. Estava uma faixa vermelha e branca a assinalar que aquele chão abateu e ainda ninguém fez qualquer tipo de reparação nesse piso.-----

----- Outra coisa que constatava era que não havia lavagem de ruas, não havia lavagem de becos. Sabia que era uma dificuldade enorme no abastecimento de água e tinham que ter em atenção o poupar água, mas pelo menos uma vez por mês ou de dois em dois meses lavassem as ruas e os becos da Freguesia, que estavam uma sujidade. -----

----- Quase todas as manhãs a Rua dos Remédios estava muito suja, os caixotes do lixo estavam a abarrotar, havia lixo na rua. Em cada canto havia um urinol, via-se perfeitamente que aquilo foi utilizado para alguém fazer xi-xi.-----

----- Pedia à Junta de Freguesia que tivesse isso em conta e que procedesse à limpeza da Freguesia, porque ainda havia habitantes, poucos, mas ainda existiam e não era só para “inglês ver” como se costumava dizer. A Freguesia estava todos os dias terrivelmente suja e havia urinóis por cada canto. Portanto, gostaria que o Senhor Presidente pudesse dar uma solução a esse caso porque já se estava a tornar incomportável. -----

----- Era lixo por todo o lado, todas as manhãs os caixotes, que eram pequenos, estavam a abarrotar de lixo e depois espalhava-se pela rua. Os habitantes e fregueses mereciam melhor, pelo menos nesse sentido. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** agradeceu as observações e disse que iriam verificar e ter atenção.-----

----- Sobre a Rua da Regueira, foi um abatimento e tinham que reportar à Câmara, aí era a Câmara quem tinha que intervir.-----

----- Em relação à higiene urbana iriam verificar. Felizmente não era assim em todo o lado, alguns sítios as coisas estavam bem apresentáveis e noutros não. A carga turística era muito grande e ninguém julgasse que se conseguia na altura do verão, não obstante todos os contratos de delegação de competências e ainda para mais com as Jornadas Mundiais da Juventude, que conseguiam ter uma resposta 100% eficaz.-----

----- De qualquer modo, daria orientações para que houvesse uma particular atenção. Ao chegar não tinha gostado do aspeto do Largo do Chafariz de Dentro, mas era dito pelas pessoas que lá estavam todos os dias que passavam muitos turistas. De facto, o impacto era grande e permanente, mas seria sempre possível fazer melhor. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que morava perto de uma zona que tinha um balneário público. Haveria pelo menos uns dez balneários públicos e gostava de saber a situação, porque muitos estavam fechados, nomeadamente no meio de Alfama. Eram casas anteriores a qualquer regimento de habitabilidade, casas que não tinham condições e provavelmente precisavam desses balneários públicos a funcionar.-----

----- Perguntou se havia algum plano. Talvez devesse ter-se informado primeiro, mas de qualquer das formas preocupava porque havia muitas situações que não eram regulamentares, nomeadamente no meio da malha medieval e via muitos balneários fechados. Eram estruturas no meio do centro histórico sem utilização. Queria perceber se havia algum plano para reativar, se estavam fechados por haver problemas estruturais, se precisavam de obras e se calhar até dependiam da Câmara. Genuinamente gostava de saber o ponto de situação. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que iria deixar à Mesa um requerimento onde se pediam informações sobre a Rua das Olarias, que tinha os equipamentos de ginástica e havia alguns problemas nos próprios equipamentos. Já tinha dado conta que foram reparados e havia substituição, mas o espaço envolvente continuava com muita sujidade, com muito lixo. De qualquer maneira decidiram manter o requerimento e iriam entregar à Mesa. -----

----- Soube-se também que a Escola Maria Barroso tinha estado encerrada e já não era a primeira vez que isso acontecia. O que lhes disseram foi que houve inundações e tiveram que tomar medidas com o encerramento da escola. Se houvesse alguma informação sobre isso também gostaria que dissessem. -----

----- Reparara também que o cabeleireiro social nas instalações da Rua do Vigário já estava encerrado há muito tempo e queria saber o que iria acontecer àquelas instalações, se seria cabeleireiro ou não, se seria outra coisa, ou se pura e simplesmente seriam fechadas. Gostava que o Executivo desse alguma informação sobre isso. -----

----- Disse que não tinha lembrado de imprimir e iria enviar por e-mail um outro requerimento relativo ao excesso de realojamento na Freguesia, mas que em especial iria incidir mais no problema que aconteceu na Rua do Terreirinho com o incêndio. Se o Senhor Presidente não achasse mal enviaria depois por e-mail, para fazer chegar ao Executivo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** deixou o compromisso que quando chegasse por via e-mail encaminharia depois ao Executivo para que na próxima reunião, ou no espaço que entendessem necessário, fornecer a resposta. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o Executivo, particularmente em Alfama, criou casas-de-banho como não foi possível criar em mais lado nenhum. -----

----- **A Senhora Secretária do Executivo** disse que existiam cinco balneários. Na Freguesia havia cinco balneários, um na Costa do Castelo e um no Castelo foram transformados nove anos atrás em postos de limpeza da higiene urbana, porque os que existiam foram retirados e esses dois balneários foram transformados em postos de limpeza com a autorização da Câmara. -----

----- Os outros três estavam em funcionamento e não tinham mais. Era o do Largo da Palmeira, o da Rua dos Cavaleiros e o de São João da Praça. -----

----- Cerca de duas semanas atrás foi feita uma visita com os técnicos da Câmara ao local, aos balneários e aos sanitários e foi confirmada a situação atual dos mesmos. ----

----- **Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse, em relação à Escola Maria Barroso, que aquilo que aconteceu foi uma coisa muito simples. A escola não estava no seu normal funcionamento porque foi durante interregno da pausa letiva da Páscoa. Recebera uma chamada às oito da manhã da Senhora Diretora da escola a dizer que havia uma inundação profunda. Acionaram-se os meios, a proteção civil, as técnicas da Junta de Freguesia, nomeadamente a Senhora Engenheira Célia Mota. De facto, era uma inundação, mas foi uma torneira que ficou aberta três dias e causou esse aparato. Foi um azar, uma paleta de águas que caiu para cima da torneira e ficou três dias a deitar água. -----

----- A escola já estava operacional, tudo limpo e recuperado, o pavimento estava seco. Alguns danos mínimos, mas a escola ia abrir normalmente e a Junta fez o seu trabalho no âmbito da manutenção e da gestão do espaço. -----

----- **Ponto 3 – Apreciar e votar as Atas nº 10 e nº 11;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata número 10**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- Submeteu à votação a **Ata número 11**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----



----- **Ponto 4 - Apreciar e votar a versão final do Regulamento do Prémio Literário Armando Baptista Bastos (proposta nº 120 / 2021-2025);** -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que queria só um esclarecimento. Na primeira página, o ponto 3 dizia: “O período de discussão pública deste projeto de regulamento, trinta dias úteis, decorreu entre 27 de janeiro de 2023 a 26 de fevereiro de 2023”. Depois, no Regulamento em si, no artigo 5º, nos prazos, dizia o seguinte: “As obras submetidas à avaliação do júri deverão ser remetidas a partir de 1 de fevereiro de 2023”. -----

----- Havia qualquer coisa que parecia não estar certo e se não estava bem era alterar. --

----- **Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que como houve um pequeno atraso no processo de introdução na consulta pública a primeira versão do Regulamento tinha uma expectativa que depois não foi cumprida do ponto de vista de adaptação, mas o reparo era pertinente e logicamente seria corrigido. -----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que queria receber o Regulamento com essa data alterada. Podiam mandar por e-mail. -----

----- **Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que a data podia ser já 1 de março, sendo que do ponto de vista operacional o que contaria mais era a data de término e de receção

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **versão final do Regulamento do Prémio Literário Armando Baptista Bastos (proposta nº 120 / 2021-2025)**, com as alterações assinaladas, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 5 - Apreciar e votar a prestação de contas do ano de 2022, nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (proposta 128/2021-2015).**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que seria mais interessante responder às questões que colocassem. Apenas referia que estava acompanhado da certificação de contas e tinham um saldo transitado em cerca de 3.156.000 euros e um resultado de exercício em cerca de 2.145.000 euros. Uma taxa de execução de receita de 97% e uma taxa de execução de despesas de 70%, o que foi considerado positivo pela certificação das contas, pelo ROC. -----

----- Ficava disponível para todos os esclarecimentos que fossem necessários, socorrendo também do apoio técnico da Senhora Doutora Filomena Marques, responsável pela divisão de finanças e recursos humanos da Junta de Freguesia.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **prestação de contas do ano de 2022, nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (proposta 128/2021-2015)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 6 - Apreciar e votar a 2ª Revisão ao Orçamento do ano de 2023, nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (proposta 129/2021-2015).**-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **2ª Revisão ao Orçamento do ano de 2023, nos termos da alínea a) do nº 1 do artº 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (proposta 129/2021-2015)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (PS, PSD e CDS-PP), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (BE) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 7 - Apreciar e votar a 2ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 (proposta 130/2021-2025)**.-----

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que nesse Mapa de Pessoal, comparando, havia menos vinte operacionais, pelo menos. Queria saber porquê, visto existirem 37 vagas e tendo em conta a situação da higiene urbana na Freguesia, saber o que se estava a passar e porque isso estava a acontecer. Se a Junta tivesse resposta seria bom. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que tinha sido ali assumido pelo Executivo em Assembleia de Freguesia, que era inatacável, a ajuda que se dava às famílias locais. Não era um trabalho qualificado, mas mesmo assim muitas vezes essas pessoas não tinham o perfil adequado a um funcionário público. No entanto, já iam em vários mandatos, com certeza devia ter havido formação. Era fazer o ponto nesse sentido, qual a formação que era dada, qual a avaliação que faziam. -----

----- A única avaliação que tinham era a rua, era o resultado, não exatamente o trabalho das pessoas em si, não se conseguia fazer esse acompanhamento. Havia coisas a melhorar, devido às queixas que frequentemente se ouviam. Queria saber se nesse mapa de pessoal já se refletia essa avaliação, ou algum maior nível de exigência para responder no fundo à Lei.-----

----- Quando se queria dar emprego a uma população que por vezes não tinha outras oportunidades era de dar, mas também era de formar. Deixava essa nota e subscrevia a questão da Membro Maria de Lurdes Pinheiro. -----

----- **Membro Paula Finuras (CDS-PP)** disse que também subscrevia a questão que a Membro Maria de Lurdes Pinheiro indicou. Realmente havia 37 lugares para assistente operacional na gestão territorial e como a Freguesia tinha um défice de limpeza queria saber o que o Executivo pensava fazer para preencher esses 37 lugares o mais rápido possível. -----

----- **Doutora Filomena Marques** esclareceu que a redução dos assistentes operacionais se prendia exclusivamente com o volume de reformas que tinham sido em catadupa. As pessoas que transitaram da Câmara em 2013 e 2014, a maior parte deles com uma idade média próxima dos sessenta anos. Ao longo desses nove anos foram-se reduzindo, foram saindo e justificava-se principalmente por essa situação. -----

----- Por outro lado, felizmente para as pessoas também houve muitos pedidos de mobilidade, que entretanto se foram consolidando nos diversos organismos e entidades para onde pediram as mobilidades. Ao consolidar foram libertando lugares no mapa de pessoal. -----

----- Não acontecia só com os assistentes operacionais, também tinha acontecido com assistentes técnicos e técnicos superiores. -----

----- Nos últimos dois anos aconteceram também uns cinco falecimentos. Entre falecimentos, mobilidade e reformas estava a justificação para a redução dos lugares preenchidos.-----

----- Em relação à formação, tinha sido uma constatação ao longo do tempo que havia muitos trabalhadores das três carreiras profissionais a inscreverem-se no plano de formação da CML e que, não percebia porquê, normalmente não eram chamados. As pessoas inscreviam-se, mostravam a vontade de frequentar a formação nas mais diversas áreas, desde a informática a línguas, direito. Em vinte ou trinta inscrições chamaram duas pessoas ao longo desse tempo todo. A única área formativa que tinha bastantes inscrições e as pessoas eram realmente chamadas para frequência dos cursos era o chamado RVCC, reconhecimento de competências. As pessoas inscreviam-se para fazer

o 9º ou o 12º ano e realmente eram chamadas e havia sucesso de muitos trabalhadores e trabalhadoras que já atingiram o 12º ano e inclusivamente tiveram mobilidade inter-carreiras, passaram das carreiras originais onde estavam para carreiras superiores. -----

----- Entretanto, para tentar colmatar a “inoperância” do plano de formação da CML, estava aprovado internamente um plano de formação devidamente reconhecida para os trabalhadores da Junta poderem frequentar a formação que tinham direito e mereciam e que legalmente devia ser promovida. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a questão colocada pela Membro Paula Finuras era uma boa oportunidade para poder falar um pouco mais sobre essa questão.-

----- Tinha um enorme orgulho nos trabalhadores da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, designadamente os trabalhadores da higiene urbana, tanto os que foram da Câmara nove anos atrás como aqueles que a Junta contratou, que muitos deles entraram já para os quadros, outros continuaram no programa de reinserção social. -----

----- Tinha muito orgulho porque em toda a função pública eram os trabalhadores mais mal pagos e injustamente mal pagos para a carga de trabalho que faziam, trabalho muitas vezes desprezado pela grande maioria dos cidadãos. Era necessária uma grande abnegação para se trabalhar a recolher lixo, por vezes do pior que se encontrava na rua, e levar ordenados para casa que muitas vezes não chegavam aos mil euros. Era de facto preciso ter essa questão em consideração e nesse aspeto tinha. -----

----- Havia uma realidade que era preciso perceber, existiam em termos de higiene urbana competências repartidas. A Câmara tinha que fazer uma coisa, recolher o lixo, a Junta tinha que fazer outra, lavar e varrer. Não se pensasse que a Junta era muito má e a Câmara era muito boa ou vice-versa, mas quando a Câmara não recolhia e por vezes acontecia, lá teria os seus problemas, fazia circuitos incompletos, porventura também teria falta de pessoal, mas quando a Câmara não recolhia e em Alfama sentiam muito isso ficou um problema acrescido para a Junta em termos de lavagem e varredura, para a qual muitas vezes não tinham resposta. -----

----- Uma coisa era varrer o lixo, outra coisa era varrer sacos de óleo ou restos de comida no chão. Nem tinham vassouras para isso, nem era essa a função. Ainda agora tinha verificado no Chafariz de Dentro que tendo três contentores enterrados colocados pela Câmara para as pessoas depositarem o lixo orgânico, as pessoas insistiam em colocar os sacos do lixo nos contentores que estavam na praça indevidamente, que pedia aos serviços da Junta para os retirarem imediatamente, fossem de quem fossem e que multassem as pessoas que deixavam lá esses contentores, porque não tinham que estar.

----- Era um problema que havia e não só nessa Freguesia, mas que tinham por ali, sobretudo quando foram dimensionados para cerca de 15 mil residentes e havia uma carga diária de mais de 250 mil pessoas que os visitavam, que passavam por ali, que iam para ali trabalhar. Claro que tinha impacto na higiene urbana e no espaço público, quando predominava o pequeno comércio de restauração, que não tinha infraestrutura logística para guardar o lixo que fazia durante o dia, que fechavam em sacos e punham na rua a horas que não deviam pôr e quando a Câmara não tinha um serviço de recolha diurna de lixo. -----

----- Era a Junta que o fazia com os seus recursos desde sempre e com os contratos interadministrativos que ainda não estavam assinados, não se viu ainda um tostão desse dinheiro e já tinha avisado o Senhor Presidente da Câmara para, com as Jornadas Mundiais da Juventude, assinarem isso depressa para reforçar os meios. Precisavam de mais carrinhas, precisavam de contratar motoristas e era uma dificuldade enorme, não havia motoristas, estavam todos a ir para a Carris e para as transportadoras, mas tinham que contratar motoristas para reforçar as carrinhas de recolha e fazer o trabalho da Câmara, que faziam com muito gosto porque era em benefício da população. -----

----- Essa era das tais áreas em que não devia haver demagogia. Enquanto a cidade dependesse de uma monoeconomia, o turismo, teriam permanentemente lixo a ser produzido e não havia serviço nenhum no mundo, por mais perfeito que fosse, que conseguia dar vazão ao lixo. Passava a Junta e recolhia o lixo, mas ao fim de meia hora já estava o lixo outra vez. Ninguém ali o podia desmentir disso, sobretudo pessoas de Alfama. Bastava ver na Rua dos Remédios, no Beco do Penabuquel, logo ali no largo, para verificarem que era assim mesmo.-----

----- Era uma luta constante onde tinham vitórias e derrotas. Existiam dias em que o ego do Presidente da Junta estava razoavelmente confortado e orgulhoso, estava muito bem, havia dias em que de facto estava muito mal. Todos tinham noção dessa dificuldade, ainda por cima todos tendo consciência que os trabalhadores tinham direito ao descanso, não se podia exigir que trabalhassem vinte e quatro horas seguidas.-----

----- Seria completamente desonesto da sua parte dizer que o assunto ia ficar resolvido com os contratos interadministrativos. Ficaria muito melhor, mas nunca era resolvido e havia sempre dias maus. -----

----- Sobre as casas-de-banho, por acaso em Alfama criou-se uma boa rede de casas-de-banho e eram grátis, o problema era que as pessoas não as usavam ou usavam pouco. --

----- **Membro Maria de Lurdes Pinheiro (PCP)** disse que não tivera resposta, nem da parte do Presidente nem da Doutora, sobre se as vagas iriam ser ocupadas, se iriam contratar mais pessoas ou não, tendo em conta todos esses problemas. Já todos perceberam há muito tempo que a cidade, não era só a Freguesia de Santa Maria Maior, se calhar se fosse só essa era mais fácil, mas era a cidade toda que estava um nojo a nível da higiene urbana. -----

----- Eram precisas mais pessoas, não com um trabalho precário, mas sim pessoas com trabalho. Independentemente de se pagar menos, mas a administração pública era assim, pagava mal e porcamente. -----

----- Queria saber se havia vontade ou não de ocupar as vagas e para que áreas. Só falara nesses, mas tinha sinalizado o que estava menos e o que estava mais, sabia que havia mais gente, mas o problema que mais chocava era a higiene urbana porque estava à vista. Ter mais um assessor ou mais um técnico, as pessoas não sabiam disso. Eram aquelas pessoas que estavam na rua, que mostravam a camisola da Junta e que falavam muitas vezes com as pessoas. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que havia vontade em preencher as vagas desse quadro, mas não chegavam. Teriam que contratar e sobretudo, como fizeram no passado, para os meses de verão teriam que fazer um contrato de quatro ou cinco meses para o reforço de pessoal, para atender à carga excessiva de turismo que havia. Não imaginavam o que era ter 250 mil pessoas ali por dia. -----

----- Claro que sim, teriam que fazer isso, preencher essas vagas, abrir os concursos quando houvesse condições para tal e fazer alguns contratos a termo certo para um determinado período, porque teriam de enfrentar sobretudo os meses de verão e sabendo que os trabalhadores tinham que ter férias e que tinham direito às férias. Portanto, teriam que fazer contratos temporais com um conjunto de pessoas para os substituir da melhor forma possível. -----

----- Havia dificuldades estruturais. O serviço que faziam desde o princípio e que era recolher lixo na rua com carros próprios, havia falta de motoristas para isso e não era fácil encontrá-los. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que estavam a falar do super stress do verão e a Freguesia já estava pelas costuras, até ao dia 6 de agosto aquela semana e meia com as Jornadas seria difícil de imaginar, mas pensava que o Senhor Presidente da Junta tinha relações muito boas com o Presidente e até estaria a par disso tudo. -----

----- Se achassem bem haver um momento, ou ver como se podia fazer esse esclarecimento, porque haveria voluntariado, como os voluntários se iriam organizar da parte da Câmara com os serviços de inteligência na Câmara, como iria funcionar isso tudo. Se calhar pensar nisso e ver em que momento seria oportuno a Assembleia de Freguesia ter essa sessão, ou ter acesso enquanto Assembleia de Freguesia para estar a par e poderem falar sobre esse assunto. Era bom estarem todos cientes do esforço que ia haver. Podiam se calhar pedir essa satisfação à Câmara.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que interpretava as palavras da Membro Sandra Gadanho da seguinte forma: Solicitavam ao Município quais eram as iniciativas que deviam ser transmitidas a todos os eleitos e todos os comerciantes e simultaneamente tentavam fazer um esforço na dinamização do voluntariado. -----

----- Individualmente sabia que indo ao site das Jornadas Mundiais da Juventude, cada um podia identificar os momentos do dia e o período em que tinha disponibilidade para ser voluntário, ou até para poder acolher em casa peregrinos que iam às Jornadas Mundiais da Juventude. -----

----- **Membro Sandra Gadanho (PSD)** disse que iria haver equipas de jovens voluntários espalhados pelo centro histórico, o que teria um mecanismo e era importante a Assembleia de Freguesia ter essa informação.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o Senhor Presidente da Junta ainda não teria sido informado por parte da Câmara. -----

----- No seu caso pertencia a uma organização profissional que ainda não tinha essa informação, estavam sediados no centro histórico e tinham uma base bastante grande de colaboradores que eram voluntários. Admitia que essa informação ainda estivesse a ser finalizada nos termos em que seria depois transmitida à população. Aí o Senhor Presidente da Junta, pelos meios normais de publicação, iria informar todos.-----

----- Constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **2ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 (proposta 130/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 8 – Apreciar a Informação Escrita do Presidente;** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinham tratado da informação escrita ao longo da sessão. Estava disponível para prestar mais esclarecimentos.-----

----- Ainda pegando na conversa anterior, sabiam que iria haver dois palcos na Freguesia ligados com as Jornadas Mundiais da Juventude. No Martim Moniz, onde tinham algumas preocupações e para as quais já chamaram à atenção, e no Terreiro do Paço. Já escrevera ao Senhor Presidente da Câmara dizendo que o centro histórico ia ser muito martirizado com a presença de pessoas acrescida e que eram precisas mais papeleiras, uma rede de casas-de-banho sobretudo no centro da cidade, que não havia. -

----- Isso preocupava bastante, porque a produção de lixo seria qualquer coisa de brutal.

----- Quanto à rede de voluntários, isso passava-lhes completamente ao lado. Sabiam que ia haver, na altura certa deram-se indicações onde poderiam contactar para os instalar e também os peregrinos, sobretudo as coletividades, mas isso era uma autonomia própria que tinha que ver com a Igreja, com a organização. Longe da Junta estar a meter-se nisso, porque não competia nem tinham vocação para isso. O que desejavam era que corresse tudo bem. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que durante o decurso da reunião viram estar a assinar alguns documentos e a partilhar com os colegas da Mesa. A explicação era usual e conheciam, era que os documentos orçamentais e as alterações tinham uma área para a assinatura do órgão executivo e depois do órgão deliberativo.

Foi isso que assinaram depois de ter sido votado, que complementava com a ata em minuta e com a aprovação da ata na próxima reunião ficava completo todo o procedimento legal dessas aprovações. Ficava esse esclarecimento para quem estivesse a ver ou pudesse vir a ver. -----

----- Agradeceu a todos, em primeira instância à Sociedade Boa União e à sua direção, também aos colaboradores que estiveram ali empenhados. Esperava que a transmissão online tivesse ocorrido sem quebras e, poucos ou muitos, que tivessem estado satisfeitos por essa abertura que foi um ganho de Abril, chamassem assim. Já que estavam em abril iam até ao final do mês em glória.-----

----- Deu por encerrada a reunião, eram vinte horas e quarenta e cinco minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ 2º.SECRETÁRIO \_\_\_\_\_ -

-----O PRESIDENTE-----